

## Ação política e pensamento de Silva Jardim<sup>1</sup>

Maria Fernanda Lombardi Fernandes<sup>2</sup>

O estilo ácido e contundente de Silva Jardim lhe garantiu notoriedade. A desqualificação do adversário resvalando para ofensas pessoais fazia parte do receituário do propagandista. Mas essa era uma maneira de proceder do seu próprio tempo: as polêmicas. As de Silva Jardim foram muitas, sendo as mais relevantes as que foram travadas com Quintino Bocaiúva, quando da disputa pela chefia do Partido Republicano e as com Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, por ocasião da abolição – além das discussões com Miguel Lemos, em relação ao positivismo.

O final melancólico de sua vida e de sua carreira pode nos levar a pensar na situação de Jardim, talvez manipulado e “utilizado” na fase de propaganda pelos republicanos do partido. Porém, ele parecia ter plena consciência de seu papel no momento histórico em que vivia. Utilizou-se de sua conhecida verve inflamada para tornar-se indispensável aos chefes políticos republicanos. As polêmicas levantadas parecem ter sido minuciosamente traçadas com o intuito de promoverem debates acalorados e reações maiores ainda.

Em *Memórias e Viagens* (1891), Silva Jardim relembra a sua trajetória de propagandista e é bastante explícito na passagem em que comenta as articulações em torno de seu primeiro *meeting* republicano, em Santos, em janeiro de 1888, por ocasião do apoio à moção dos vereadores de São Borja, que questionava a viabilidade do Terceiro Reinado. Num primeiro momento, relata em enxergar o encontro como parte de uma propaganda orquestrada, dizendo-se responsável por um ato isolado: “(...) não estou propriamente resolvido a uma campanha de propaganda, e sim a um ato de protesto isolado, que outros repercutirão, se quiserem e puderem. Quero apenas cumprir meu dever de cidadão”. (SILVA JARDIM, 1891: 19) Porém, isso não o impede de ir a São Paulo buscar o aval de Rangel Pestana e do partido republicano para o seu *meeting*:

Tinha sido longa a nossa conferência com Rangel Pestana no dia seguinte. O partido republicano não estava em condições, em suma, de tomar sobre os seus ombros o peso das consequências de um *meeting* contra as instituições.

- E se eu, por mim, o realizasse? Interoguei, concluindo.

- Não serei eu que diga a você que não o faça. Acho que presta um bom serviço. Mas faça-o sob sua responsabilidade. Um homem, principalmente quando moço, pode

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no 5º encontro da ABCP, em julho de 2006.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pela USP e Professora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Guarulhos

Recebido em 03/2007 – Aceito em 07/2007.

isoladamente tentar um ato, sem que se veja obrigado a prosseguir. Mas um partido é uma coletividade, e dado um passo tem de tirar-lhe as conseqüências.

- Mas a atitude de um homem às vezes compromete um partido, objetei.

O ilustre republicano sorriu, e ficou em silêncio. (Silva Jardim, 1891, p. 35).

Ao se colocar à disposição do partido para empreender uma jornada solitária de cidadão, condenando o regime vigente e oferecendo a saída republicana, Silva Jardim tinha plena consciência do papel que começava a exercer: ele seria responsável pelo “balão de ensaio” da propaganda do novo regime. Em seus discursos, artigos e pronunciamentos, a República não seria dissociada da abolição da escravidão, ganharia tons radicais e populares e seria erigida tendo por sombra a República Francesa. Mais do que isso, com Silva Jardim, as críticas à Monarquia e à família real ganhavam tons extremamente fortes, coisa impossível de ser feita no Parlamento ou em outras situações políticas mais formais.

### As polêmicas com Joaquim Nabuco e José do Patrocínio

É a partir desse primeiro *meeting* que Silva Jardim se torna “a voz” do movimento republicano, empreendendo sua primeira excursão de propaganda em meados de 1888. Percorre 27 cidades em menos de um mês, levando a palavra republicana à região do Vale do Paraíba paulista e fluminense, principalmente. Na maior parte dos lugares encontra boa receptividade, mas percebe que a organização partidária se encontra muito mais sólida em São Paulo do que no Rio. Nota que o número de adesões à causa republicana aumentou substancialmente com o 13 de maio, mas não imputa a isso um desejo de volta da escravidão, mas sim uma revolta dos representantes da lavoura frente à traição perpetrada contra eles pela monarquia. Chega mesmo a afirmar que, mesmo que algum sentimento egoísta fosse o responsável pela adesão dos fazendeiros à causa republicana, a simples superioridade da república e o bem que ela traria ao país tornavam a motivação de menor importância.<sup>3</sup>

Com esta excursão, o nome de Jardim passou a circular entre todos como aquele que incendiava platéias e, com sua garganta, fazia mais estragos à monarquia do que muitos com armas e penas. Os monarquistas não tardaram a perceber que ali estava um homem que deveria ser combatido, para o bem do regime. Na arena do combate, entra Joaquim Nabuco, deputado por Pernambuco, abolicionista de primeira hora, de passado e de família ilustre, considerado o maior orador do Nordeste.

O embate entre os dois deu-se principalmente por meio de discursos proferidos por Jardim no final de 1888 e de colunas de Nabuco n’*O Paiz*, no

---

<sup>3</sup> “... por que não supor generoso o atual movimento dos lavradores fluminenses e mineiros? Se apenas o despeito contra a Princesa os movesse, eles poriam suas esperanças n’outro príncipe. Quando eu pudesse pensar assim um só momento, bastava o acolhimento à propaganda genuinamente republicana, que lhes faço, para demonstrar-me o contrário” (SILVA JARDIM, 1891: 141).

mesmo período e tornou-se um dos pontos altos da fase da propaganda republicana. O estilo verborrágico e agressivo de Jardim chocava-se com a sutileza e a sobriedade de Nabuco. Porém, o que mais afastava os contendores era a perspectiva sobre o futuro. Enquanto Jardim depositava toda sua esperança no regime republicano, cujos partidários cresciam a cada dia, Nabuco parecia defender uma causa perdida de maneira solitária, já que ele mesmo não via nas atitudes do governo e de seus partidários a mesma vontade de seus adversários. Mesmo sendo defensor da monarquia e da viabilização do Terceiro Reinado, Nabuco parecia perceber que o regime tinha seus dias contados.

Nabuco afirmava que a propaganda republicana não era ruim em si. Poderia até ter ajudado a própria monarquia a purificar-se. No entanto, da maneira pela qual ela foi empreendida, terminou apenas por vincular a República aos escravocratas. Acusava os “agitadores” de traírem um ideal maior, o da abolição, e de usarem argumentos vis para justificar as novas adesões. Em especial questionava a chamada herança francesa, tão cara a Jardim. Argumentava que não é possível estabelecer um paralelo entre a Revolução Francesa e a República no Brasil, que eram, na verdade, movimentos antitéticos. Questionava a base do descontentamento como motor dos processos revolucionários e afirmava que, enquanto o descontentamento do povo francês era justo, o que tornava o movimento legítimo, o descontentamento em que os republicanos brasileiros se ancoravam era injusto, porque baseado na escravidão. Assim, afirmava ele, os republicanos “agitadores” terminaram por inviabilizar tanto a monarquia quanto a república, ao passo que, se a propaganda fosse empreendida de outra maneira, talvez houvesse uma transição tranqüila e natural de uma para outra.

Nabuco acusava formalmente o Partido Republicano de ter se vendido aos escravocratas que, na defesa da república, encontraram uma maneira de permanecer defendendo a escravidão. Reconhecia que havia muitos republicanos que lutaram pela abolição e via no Rio Grande do Sul uma exceção onde, segundo ele, os republicanos não eram da mesma cepa que os da Corte, do Rio de Janeiro e de São Paulo, principalmente. Afirmava que “o partido republicano vendeu a sua alma de proletário. Pois bem, o seu simples ideal valia mais do que todas essas grandezas da escravidão, de que ele hoje faz praça contra a monarquia, à qual já pertenceram” (NABUCO [out/1888] *apud* GOUVÊA, 1989: 376).

Além de Nabuco, José do Patrocínio mereceu a atenção de Jardim. Suas trocas de farpas ocorreram também ao final de 1888. Devemos lembrar que Patrocínio era republicano, convertido em monarquista na defesa de Isabel após o 13 de maio. Patrocínio acusava Jardim de ter se tornado um brinquedo nas mãos dos escravocratas, que viam na República apenas uma maneira de defender seus interesses e se vingar da monarquia que aboliu a escravidão. Em vários momentos de seu livro de memórias, Jardim afirma seu apreço por Patrocínio e acusa a existência de uma intriga plantada entre eles. Patrocínio não era o alvo preferencial de Jardim em seus discursos contra os monarquistas abolicionistas.

O ressentimento de Jardim para com ele dava-se por ter militado com Patrocínio em prol da república. Se eram acusados os “republicanos do 13 de maio”, ou seja, os fazendeiros que ingressavam no partido e eram agora novos aliados de Jardim, este acusava os “monarquistas do 14 de maio”, por sua postura subserviente para com a monarquia. Afirmara em mais de um de seus discursos que “nada se devia à monarquia”, e que os que assim agiam não eram dignos da liberdade.

Esse apreço, entretanto, não impediu que os dois travassem ácida batalha de artigos e discursos, principalmente após os episódios em que a Guarda Negra atacou comícios republicanos onde Jardim era orador. A partir de então, Patrocínio não é citado, mas é a ele que se voltam as baterias. Jardim argumenta que a Coroa é responsável por instigar o ódio de raças no país, a pretexto de mostrar-se defensora dos direitos dos negros e, assim, viabilizar apoio popular ao eventual terceiro reinado. Acusa Patrocínio (sem nomeá-lo) de ser o responsável pelos incidentes e pela campanha difamatória em torno dos republicanos e, até mesmo, pelo risco que correu sua vida em mais de uma ocasião:

Para uma tal obra foi preciso, ao lado de um ministro revoltantemente hipócrita, encontrar um instrumento; e um homem houve que a isso se prestou, por ambição de lucros diretos ou indiretos, por vaidade de gozo do aulicismo, ou por servilismo de quem aceitava como esmola aquilo que se supusera que pensara conquistar, rebaixando assim a posição dos que parecera proteger, e dos companheiros nessa proteção. Este homem, de cor, mas até então tolerado por todos os brancos, que jamais lhe haviam feito questão de raça, muito amado mesmo pela mocidade e pelo público generoso, em vista de uma suposta dedicação à causa dos escravos, – converteu-se em órgão da dinastia, principalmente da princesa D. Isabel, e do ministério, que apenas presidira ao ato parlamentar da abolição; - e daí começou de sustentá-los, traidor então à sua raça, que por proletária no Brasil carece claramente, para o seu desenvolvimento, de um regime republicano, traidor ao partido que dissera pertencer, não como renegado confesso, mas como Judas consciente, e reputado tal, pelo continuar a se dizer dele sectário, iludindo apenas a um ou outro inexperiente, e traidor à sua pátria, composta de brancos e pretos, para todos os quais uma sagacidade, desgraçadamente perdida e perversa, lhe podia fazer claramente entrever que a República seria a felicidade. (SILVA JARDIM, 1978 [jan/1889]: 312).

As relações entre Jardim e Patrocínio foram sempre tortuosas. Em alguns momentos Patrocínio era o “negro ingrato”, em outros, companheiro republicano. Os dois se reencontraram em 15 de novembro de 1889, já que Patrocínio voltou ao seio republicano, sendo mesmo responsável pela sua “proclamação popular” na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Também por ocasião da morte de Jardim, talvez tenha sido Patrocínio o responsável pela frase de maior impacto entre as inúmeras homenagens fúnebres, àquela que mencionava a fusão dos dois elementos incandescentes, Jardim e a lava do Vesúvio.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> “Bela sepultura o vulcão, extraordinário destino o do grande brasileiro; até para morrer converteu-se em lava”.(Patrocínio [jul/1891] in: SILVA JARDIM, 1891: 453).

Acreditamos que há mesmo uma série de coincidências entre os dois propagandistas, a começar pela verve inflamada e por um certo “componente proletário” que alijou ambos dos acordos posteriores do novo regime. As acusações que trocavam também coincidem: um acusava ao outro de servir de instrumento nas mãos de terceiros, mais poderosos e menos ingênuos. A reconciliação dos dois no 15 de novembro talvez tenha sido o último ato em que puderam se perceber como protagonistas. Silva Jardim foi alijado do novo regime e Patrocínio, jamais perdoado. Porém, a despeito de sua defesa da monarquia até seus estertores, Patrocínio continuava republicano, mas acreditava que a monarquia poderia terminar a obra da abolição com a inserção do negro na sociedade e, mais do que isso, a república, se viesse naquele momento – e pelas mãos dos republicanos que controlavam o partido –, representaria um retrocesso, já que seria a república dos escravistas e *negreiros*. Patrocínio parecia compreender e perceber aquilo que Jardim só se apercebeu após o movimento de 15 de novembro: a aliança dos republicanos com a lavoura recém-saída do escravismo levaria necessariamente à consolidação de um projeto republicano elitista e antidemocrático. Nesse sentido, aproxima-se de Nabuco, ao argumentar que somente a monarquia poderia salvar a república no Brasil, porém, diferentemente de Nabuco, tinha uma crença, ainda que pequena, de que as coisas poderiam ser diferentes, daí sua tentativa de voltar ao meio republicano.

### **A polêmica com Quintino Bocaiúva e a militância no Partido Republicano**

O Partido Republicano enfrentava uma divisão há muito tempo. O grupo central do qual fazia parte Bocaiúva e Saldanha Marinho, bem como Campos Sales e Prudente de Moraes, seguia fiel aos princípios do manifesto de 1870, advogando o federalismo, a república liberal e a via evolucionária para a tomada do poder.

A despeito das diferenças, o conflito de fato entre os que defendiam a revolução e entre os que eram partidários da evolução só se tornou realmente público a partir de 1888, com Silva Jardim tendo sido catapultado à condição de grande líder dos chamados revolucionários e com Quintino Bocaiúva assumindo o controle da chefia do Partido Republicano em nível federal, conseguindo angariar apoio da maior parte do partido no país.

Bocaiúva representava uma velha guarda do Partido Republicano, a dos fundadores, próximos aos liberais na origem e que tomavam a república quase que como a defesa do federalismo. Tinha profunda ligação com parte da elite que fez o mesmo trajeto que ele, dos liberais para os radicais e daí para os republicanos. A aproximação de Bocaiúva com a lavoura vem desde o início do partido, o que se pode ver inclusive na redação do Manifesto de 1870, no qual a questão do abolicionismo se colocou em segundo plano, o que foi fundamental para o crescimento do partido republicano nas províncias, em especial em São

Paulo e Minas Gerais. Além disso, a fórmula descentralista e democrático-liberal assumida pela república proposta pelo Manifesto era também suficientemente moderada para abrigar setores da elite brasileira. A república viria na mais perfeita ordem, sem alterações substanciais da estrutura social e econômica do país. A liberdade proposta pela república seria a liberdade de iniciativa, que traria o progresso ao país. O equilíbrio dos três poderes, outro pilar do novo regime, só seria possível com o projeto republicano, já que a monarquia, por ser fundada no poder pessoal, inviabilizaria o equilíbrio.

Silva Jardim destoava da cantiga. Era importante pela ação individual que produzia nos seus *meetings* e artigos na imprensa, porém, tornava-se elemento perigoso ao propugnar a revolução e inflamar os ânimos da população. Por isso, precisava ser “enquadrado”. O “enquadramento” veio com as ações da cúpula do partido republicano, principalmente na figura de Quintino Bocaiúva. A despeito de sua popularidade, Jardim possuía menor base de apoio nas províncias – em especial em São Paulo – do que o grupo rival. Curiosamente, sua base de sustentação compunha-se de republicanos simpatizantes do positivismo e de “republicanos do 14 de maio”, que se exasperavam frente à solução dada pela monarquia à escravidão e ansiavam por medidas mais rápidas e radicais contra a monarquia.<sup>5</sup>

Em outubro de 1888, no Congresso Federal do Partido Republicano, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva foram eleitos presidente e vice, respectivamente. A orientação a partir daí era para a propaganda continuar, mas com maior cautela, para não provocar maiores incidentes com os partidários da monarquia, cujos ânimos andavam cada vez mais exaltados. O recado era claro, os republicanos não deveriam provocar ou aceitar provocações e deveriam pensar e medir suas conseqüências em quaisquer atos promovidos por eles. O meio preferencial para a propaganda deveria ser a tribuna da imprensa, pois era por meio da conquista das mentes que a república seria feita.

Silva Jardim não só continuou no seu modo peculiar de fazer propaganda, como intensificou seus ataques à monarquia. Em dezembro, em duas conferências na Sociedade Francesa de Ginástica, chegou ao clímax, com os enfrentamentos com a Guarda Negra. A própria organização do *meeting* já havia sido questionada pela direção do Partido Republicano, que havia se negado a apoiar e “patrocinar” tal encontro. Para o partido e para Bocaiúva, Jardim se tornava cada vez mais incômodo. Em janeiro, ao explicar o ocorrido em carta aberta, Jardim respondia às insistentes “chamadas” que sofria do grupo de Bocaiúva e afirmava sua forma de ação. Na *Carta política ao país e ao partido republicano* (jan/1889), em que polemizava com Patrocínio e buscava esclarecer

---

<sup>5</sup> BOEHRER (1954) e CASALECCHI (1987) apontam para essa convergência de apoios. Segundo Casalecchi, “os republicanos de ‘14 de maio’, [...], ingressam no partido descontentes com o encaminhamento da questão servil; dão significativo impulso ao movimento, isto já às vésperas da República. Os clubes republicanos passam de 5 para 30. Curiosamente, são eles portadores de idéias mais radicais, apoiando as posições de Silva Jardim, que propugnava a ‘revolução’ no lugar da ‘evolução’.” (CASALECCHI, 1987: 44)

os acontecimentos de 30 de dezembro de 1888, Jardim arrolou também os problemas que começava a enfrentar dentro do Partido Republicano. Na verdade, a resposta é à imprensa, mas principalmente aos republicanos como Quintino que acreditavam que a propaganda estava sendo extremamente perigosa à causa republicana. Nesse documento, Jardim se colocava à frente do movimento republicano, alegando ser o único que tinha possibilidades para tal. O ataque prenuncia a tentativa de controlar o partido republicano no nível federal. É nessa esfera que se dará o embate entre Quintino e Jardim, pelo controle partidário.

E então, para a revolução triunfadora, ou para a revolta que lave de desonra a bandeira de Tiradentes, é mister preparar elementos fortíssimos, que lhe dirijam a iniciativa, e lhe determinem a ação. (...) já que, (...), tantos outros estão na impossibilidade de se colocar à frente do movimento urgente, contínuo, na capital do Império, me vou eu – declaro, com toda a lealdade e franqueza, sob responsabilidade individual, que só o assentimento tácito ou expresso a esta carta política fará coletiva, envidar todos os esforços para organizar o quanto possível a nossa defesa aos ataques de todo gênero da corrupção monárquica, e continuar o ataque teórico a todos quantos se empenharem na ingrata tarefa de bater a idéia republicana (...) (SILVA JARDIM, 1978 [jan/1889]: 329-330).

Em maio de 1889, Quintino Bocaiúva assume a chefia do partido republicano. Em 22 do mês corrente, lança um manifesto em que reafirma a adoção da chamada “linha evolucionista” na implementação da república: “esse processo evolutivo, tão de acordo com a política científica dos tempos modernos, foi também o que melhor se ajustou com a índole do povo brasileiro generoso, paciente e sofredor como nenhum outro povo da terra. Graças a esse método, em um período relativamente curto dilatamos a influência dos nossos princípios por uma vasta zona da opinião nacional”.(BOCAIÚVA, 1986 [maio/1889]: 627 - 628).

Frente a mais uma tentativa de “enquadramento”, Jardim responde com um *Manifesto ao País e ao Partido Republicano*, em 25 de maio de 1889, no qual afirma não reconhecer a chefia de Quintino Bocaiúva no Partido Republicano. O manifesto equivale a um cisma e a um questionamento público dos rumos que o movimento republicano tomava. Acusa Bocaiúva e seus partidários de manobram de maneira ilícita no Congresso do Partido, para impor a “ditadura de um pequeno grupo paulista” (SILVA JARDIM, 1978 [maio/1889]: 355), alheio aos desejos do partido. Continuava sua crítica dizendo que a eleição de tal líder servia também a interesses mesquinhos de velhos republicanos “gastos para a ação patriótica, e somente capazes de intriga para a cobiça do poder” (p. 355). O tom agressivo aumenta e Silva Jardim lembra aos partidários um outro documento importante para os republicanos, qual seja, o manifesto do Partido Republicano Paulista de 24 de maio de 1888, em cuja redação ele colaborou, e que propunha, diferentemente do que os mais moderados propagavam, o uso de

todos os meios possíveis para se derrubar a monarquia.<sup>6</sup> Além de não compreender o verdadeiro significado da luta republicana e do momento em que viviam, Bocaiúva é acusado de subserviente, e o argumento vem da sua relação com os proprietários do jornal *O Paiz*, do qual é redator. As críticas continuam, agora entrando em terreno doutrinário. Jardim acusa Bocaiúva de se prender a princípios monárquicos, de ter mesmo sido formado dentro do parlamentarismo monárquico liberal e de advogar uma república de “modo vago, estéril, anárquico, atrasado e utópico, segundo a celebração já retrógrada de 1870” (p. 356) Ora, é o próprio manifesto do Partido Republicano de 1870 que Jardim ataca e seus princípios mais caros, quais sejam, a defesa de um regime democrático, liberal e federativo.<sup>7</sup> A partir daí, sua fala torna-se alinhada à do partido em Pernambuco, que tem a liderança de Aníbal Falcão, e que defende uma república de inspiração positivista, com a ditadura republicana e não com a democracia liberal, que ameaçava continuar os velhos vícios monárquicos.

Este rompimento formal faz com que Jardim perca apoios e seja aliado mesmo da conspiração que levou à proclamação da República em novembro de 1889.<sup>8</sup> Conforme avançava a cisão dentro do partido, mais forte ficava o lado da direção. Simpatias a Jardim vinham de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de setores do Rio Grande do Sul, Minas, Bahia e São Paulo. Porém, a maior parte do partido reconhecia Bocaiúva como o líder dos republicanos e acusava Jardim de “chefe da dissidência”, que estaria trabalhando contra a república.

Os artigos contrários à posição de Jardim se sucediam, principalmente n’*O Paiz* e na imprensa paulista, assim como os textos do próprio, justificando-se e não admitindo a pecha de divisor do movimento republicano. Em seus artigos, cartas e pronunciamentos, Jardim alerta incessantemente para o risco

---

<sup>6</sup> Eis o trecho do manifesto a que Jardim se refere: “Quanto ao partido republicano não mais lhe cabe representar a função pública como simples cooperador das reformas que operam por partes a eliminação da monarquia. Queremos a república como a solução mais pronta à crise social. Portanto: não podemos receber com simpatias o 3º reinado que não é capaz de corresponder nem às aspirações dos conservadores; recusamo-lhes qualquer apoio por menos indireto que seja; declaramo-nos por todos os meios em franca hostilidade; havemos de combatê-lo em todos os terrenos”.(Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888. In: CARNEIRO PESSOA, 1973: 104-105).

<sup>7</sup> É a primeira vez que Jardim realiza um ataque ao Manifesto de 1870. Até então, a despeito de suas diferenças, endossa a posição majoritária em relação, por exemplo, à questão da não definição de uma política de cunho expressamente abolicionista. É apenas quando percebe a centralidade da ação dentro do partido republicano que Jardim encontra necessidade de “marcar posição” de maneira inequívoca.

<sup>8</sup> O alijamento da facção de Jardim do movimento de conspiração pode ser retratado por um diálogo reproduzido por Leite (1993): “Ainda na véspera, ao jantar no Hotel do Globo, à rua 1º de Março, Alfredo Madureira mostrou-se preocupado com uma ‘revolução’ que farejava no ar. Silva Jardim desprezou completamente as suspeitas do amigo:” - Revolução? Mas, Madureira não sabia que este partido republicano chefiado por Quintino era um partido que esperava chegar à República pela evolução? ...’ E Jardim para acentuar à ironia e o achincalhe, escanchava as sílabas e-vo-lu-ção! Entendera bem Madureira? Não havia de ser com Quintino e Campos Sales que faríamos jamais a república.”(SILVA JARDIM *apud* LEITE, 1993: 141)”.



que se corria se perpetuássemos no país o liberalismo monárquico, inviabilizando a república. Comparava o momento vivido com o 7 de abril de 1831 – afinal, um de seus modelos de ‘revolução’-, que havia “degenerado” em movimento monárquico. Não queria o mesmo fim para a luta a que se dedicara e acusava Bocaiúva de ser o responsável pela inação do partido e do movimento. Explicava que a causa da degeneração de 1831 havia sido a vitória dos moderados frente aos exaltados e via na derrota de sua facção e na vitória de Bocaiúva a repetição dos fatos: “Aí fica a razão de meu manifesto; é que o liberalismo monárquico [...] nos está absorvendo. Eis porque tenho acusado o Sr. Bocaiúva: porque ele não tem força alguma para tirar o Partido Republicano deste perigo, deixando que a República seja Monarquia sem Imperador.” (SILVA JARDIM, 1978 [jun/1889]: 371) E, a partir daí, começava a deixar cada vez mais claro o seu projeto republicano, advogando a instituição de uma presidência forte, “uma ditadura progressista, guiada pela opinião pública, revogável pelo povo.” (SILVA JARDIM, 1978 [jun/1889]: 372)

Os ataques de Jardim à chefia de Bocaiúva complementavam-se com ataques à fórmula republicana que previa a instituição da democracia, identificada com o regime parlamentar. O que havia começado como uma divergência quanto aos métodos do partido passou a ser uma diferença doutrinária relevante. O que estava em jogo era a forma e o conteúdo do novo regime republicano que viria a ser instaurado. E a diferença dos projetos de alguma maneira explicava a diferença dos caminhos. Para o projeto republicano de Jardim, não era possível “esperar a monarquia” para instaurar o novo regime, até porque não haveria nenhuma solução de continuidade entre os dois. Para o grupo majoritário, entretanto, a espera não só era possível como desejável, e seria mesmo possível que a monarquia fizesse a república.<sup>9</sup> Esse acirramento na postura de Silva Jardim acabou sendo responsável pelo seu isolamento. Jardim tinha duas grandes fontes de apoio: de um lado, parte dos positivistas não-ortodoxos e setores de “classe média”; por outro, muitos “republicanos do 14 de maio”. Estes últimos, que tinham um “radicalismo de ocasião”, abandonaram paulatinamente seu propagandista, quando este começou a expor idéias que iam além dos desejos desse grupo.

Cada vez mais isolado Jardim parte para a atividade que mais sabia fazer: a propaganda direta. O gabinete Ouro Preto havia sido recentemente empossado. Um de seus objetivos era fazer frente à propaganda republicana e Silva Jardim resolveu partir para o ataque. Planejou um *meeting* na capital do Império quando o gabinete ainda estava sendo composto. Seu plano era indispor Ouro Preto com a opinião pública, levando-o à proibição do encontro – sinal de autoritarismo -, ou à sua aceitação – sinal de fraqueza. Esta seria a primeira parte do plano. A segunda seria a viagem no mesmo vapor do Conde

<sup>9</sup> Muitos estudiosos chamam a atenção para o fato de que, pela constituição de 1824, seria possível mesmo implantar a república sem traumas. Todos citam Afonso Celso – *Oito anos de parlamento*, como a fonte para tal afirmação. Ver BOEHRER (1954), CASALECCHI (1987), QUEIROZ (1967).

D'Eu para o norte. No entanto, parte de seus planos foi obstada pelo Partido Republicano, que desautorizou a organização do *meeting* na capital. A partir da negativa, há um recuo de Jardim, que pegou seus apoiadores de surpresa. Porém, manteve a segunda parte do plano, a viagem<sup>10</sup> ao nordeste brasileiro a bordo do mesmo navio que levava o Conde D'Eu. O príncipe programara sua viagem até o Amazonas, mas Jardim pretendia parar em Pernambuco – onde tinha fortes aliados. A viagem do propagandista foi tomada como provocação pelo partido, que não amparou seu gesto, mas que colheu muitos frutos com ele, principalmente depois dos tumultos ocorridos na Bahia, quando do seu desembarque.<sup>11</sup>

Prosseguindo a viagem, o Conde D'Eu e Silva Jardim passaram por Alagoas, onde a receptividade ao propagandista foi boa, segundo seus relatos, e chegaram finalmente a Recife, onde Jardim encontrou um apoio bastante efetivo, mas também as oposições. Após alguns *meetings* em cidades próximas a Recife, os republicanos lançaram um manifesto em 19 de julho, marcando um comício em praça pública no Recife. Os monarquistas, por meio da imprensa, desafiaram e ameaçaram o encontro, prometendo atirar a Guarda Negra sobre os republicanos. O clima ficou de tal modo pesado e os ânimos acirrados que mesmo o chefe de polícia assinou um documento em que afirmava não poder garantir a ordem na cidade se o comício fosse realizado. Em manifesto assinado pelos republicanos do Recife e por Silva Jardim, publicado n'O *Norte* em 29 de julho, o comício é cancelado: “o que um minuto antes era o mais absoluto dos deveres, tornava-se um minuto depois o mais inútil dos sacrifícios, o que era a mais enérgica sabedoria política convertia-se na mais vulgar disposição de perturbar a paz”.(SILVA JARDIM, 1978 [jul/1889], p. 404).

A vitória dos republicanos era incontestável – ou ao menos assim era vista pelos próprios e pela imprensa republicana, do norte e do sul do país. A negativa de garantias por parte da polícia monárquica mostrava a perda de controle do Estado sobre a questão e a ameaça anárquica que se materializava na Guarda Negra. A reação foi grande e o governo acusado de incapaz e autoritário. O efeito foi o esperado, e a monarquia deu o que os republicanos chamaram de “um passo em falso” por meio de uma declaração do Conde D'Eu, que garantiu que a Coroa não resistiria à opinião pública. (DORNAS FILHO, 1936) Após o cancelamento, Silva Jardim retornou ao Rio de Janeiro, já que acreditava que qualquer outro incidente poderia prejudicar o movimento republicano e, mais ainda, sua posição dentro dele, já que novos comícios ou

---

<sup>10</sup> Esta seria a terceira excursão política de grande porte de Silva Jardim. Em meados de 1888 ele havia feito o percurso de 27 cidades no Vale do Paraíba em menos de um mês. Em maio de 1889, foi a viagem a Minas Gerais. Agora, segundo ele, chegava a vez de levar a propaganda republicana ao norte do país, visto pelo sul como um reduto de monarquistas e alvo destes para a construção de um apoio efetivo ao terceiro reinado.

<sup>11</sup> Em seu *Memórias e Viagens*, Silva Jardim relembra os fatos ocorridos em Salvador, em junho de 1889, quando seu *meeting* foi obstado pela ação da Guarda Negra e ele teve que se retirar e se esconder para não ser morto, já que muitos dos agressores entoavam o grito “mata o Jardim!”. (SILVA JARDIM, 1891, pp. 345-350).

*meetings* poderiam ser vistos como sinal de imprudência e radicalismo estéril, pondo a perder o que se havia conquistado. Aparentemente, Jardim conhecia os limites de sua ação. A posição oficial do partido republicano, sob a presidência de Bocaiúva, era evitar provocações e manter a via pacífica do convencimento para se chegar à República. Sua iniciativa havia sido pessoal e contrária às diretrizes partidárias. Se a viagem havia sido positiva para a propaganda, por um lado, por outro, assustava a própria cúpula republicana pelo potencial de conflito que gerava. Além disso, apesar de vender a imagem de uma vitória incontestável dos republicanos, os episódios serviram para mostrar que a Monarquia encontrava defensores bastante entusiasmados e inflamados, dispostos a fazer frente aos republicanos mais radicais. A chamada vitória poderia se transformar em derrota a qualquer momento, principalmente se os conflitos continuassem ou ainda mais, se agravassem. E esse parecia ser o cenário provável nas províncias mais ao norte. No Ceará, por exemplo, os republicanos não encontravam aliados tão organizados quanto em Pernambuco. Retornando ao Rio, retomou suas atividades jornalísticas, principalmente na *Gazeta de Notícias*, onde era responsável pela coluna republicana. Participou de reuniões em clubes republicanos, mas permaneceu à margem das negociações que avançavam para a proclamação da República. As vitórias trazidas do norte do país não foram suficientes para que Jardim fosse incluído no plano de articulação da rebelião com apoio do Exército.

### **Silva Jardim entre o Abolicionismo e o Republicanismo**

A ação ao longo da propaganda fez com que Jardim ganhasse o rótulo de “radical”, “revolucionário”, reproduzido até hoje. De longe parece que sua militância foi um rasgo de romantismo em meio ao pragmatismo dos republicanos como Bocaiúva, apoiados no Exército e pela lavoura, vitoriosos ao final e pais da chamada República Oligárquica. No entanto, acreditamos que um olhar mais próximo e cuidadoso tanto das idéias quanto da linha de atuação de Jardim não sustenta uma visão romantizada de sua ação política.

Não é possível empreender uma análise das idéias e das ações de Jardim sem inserirmos no contexto a questão mais premente do momento em que viveu e militou: a questão da escravidão e da abolição. Quando atentamos para a sua postura nesse aspecto, qualquer indício de romantismo cai por terra. O que encontramos é uma ação essencialmente pragmática, na qual a aliança construída com a lavoura mostra bem que a abolição, mesmo que desejada, não poderia atrapalhar os rumos do movimento político. Nesse sentido, Jardim não diferia substancialmente daqueles republicanos que fundaram o partido em 1870 e “empurraram para debaixo do tapete” a questão da libertação dos escravos. Apesar de dizer o contrário, separava a questão política da questão social ou do “regime de trabalho” e não via como um partido político poderia firmar uma posição em relação a esses assuntos, ao menos no momento de luta política que se avizinhava. Assim, para conseguir construir um amplo arco de alianças com o

objetivo de alterar a ordem vigente, Jardim não encontrava problemas em transigir com a elite escravista que rejeitava a abolição. Pelo contrário, essa aliança era buscada e altamente desejável, pois era da lavoura que viria o apoio essencial ao novo regime. Ao mesmo tempo, acenava-se para uma manutenção da ordem com o apoio das chamadas “classes conservadoras” da nação.

A abolição da escravidão foi um divisor de águas na vida de Silva Jardim. A partir de então, torna-se o grande propagandista do novo regime. Porém, o que o fez sua fama também contribuiu para seu ocaso. A forma pela qual a abolição da escravidão foi efetivada “jogou” nas hostes republicanas uma série de elementos conservadores – úteis e necessários – que, de alguma maneira, provocaram uma “correção de rota” no movimento. A centralidade do papel da Coroa na emancipação final dos escravos provocou uma confusão não só no quadro partidário imperial, mas também republicano. Mais do que isso separou o par república-abolição, que era crucial dentro da linha de argumentação de uma série de republicanos, justamente aqueles que propunham mudanças mais substantivas que não a mera alteração da forma de governo.

O republicanismo de Jardim, após o 13 de maio, empobreceu. A dimensão da crítica social e a busca pela superação da ordem econômica e social ficaram escondidas em meio a um discurso retórico e de ataques à Monarquia feitos sob medida para uma platéia desejosa de ouvir exatamente o que ele falava. Ao privilegiar esses interlocutores, o próprio Jardim apartou-se daquele público que deveria ser o seu alvo: as classes pobres urbanas. Após o 13 de maio, boa parte dessas classes pobres urbanas lhe era hostil: em especial o proletariado do Rio de Janeiro, engrossado pelos ex-escravos. O discurso revolucionário – quando aparecia – caía no vazio de uma revolução sem povo, nos ouvidos de um grupo social que não queria revolução, nem participação popular.

Os republicanos herdariam um país onde a grande questão – a abolição – já estaria resolvida. É verdade que, depois da abolição, nada foi feito em termos de políticas sociais voltadas ao segmento dos ex-escravos. No entanto, isto também não era “culpa” dos republicanos. Mais uma vez o fardo poderia ser jogado nas costas da Monarquia, que empreendeu uma obra inconclusa. Não seria justo impor o ônus da resolução do problema aos republicanos. Com a abolição resolvida, era possível aos novos donos do poder fazer tábua rasa do passado. A nova era deveria começar sem dívidas com o passado. Além disso, com a questão solucionada, não mais se sofreria com a cisão oriunda de posições diferentes. Havia a possibilidade de se proceder a uma conciliação entre diversas correntes republicanas com a questão resolvida. Aparentemente, Jardim acreditava que haveria a possibilidade de se usar duas táticas diferentes, uma na propaganda e outra na construção do novo regime. Se na primeira fase era possível transigir, conciliar com setores conservadores, na etapa seguinte um vago “povo” conseguiria impor um projeto republicano com cores mais radicais.

Não se pode imputar a Jardim “ingenuidade” nas suas ações. Elas eram conscientes e calculadas. Suas opções mostraram-se equivocadas já que não

produziram o resultado esperado. Ou melhor, outros atores também jogavam no tabuleiro e fizeram lances melhores. A centralidade do controle do Partido Republicano, por exemplo, só foi percebida por Jardim tardiamente. A princípio ele desenvolveu sua carreira à margem do partido – e boa parte de seu sucesso deveu-se a essa característica *outsider*. Só em 1889 é que Jardim de fato entrou na disputa pela direção partidária, sendo derrotado por Quintino Bocaiúva. Acreditamos que parte de sua negligência em relação ao Partido Republicano pode ser explicada pela sua aversão ao regime parlamentar e pela aceitação deste por parte da maioria do partido – que disputava eleições regularmente e acreditava na eficácia dessa estratégia, apesar dos pífios resultados eleitorais. Para Silva Jardim os partidos políticos não eram instrumentos eficientes para a tomada do poder. Seu modelo era revolucionário, baseado numa mobilização popular permanente e na construção de um modelo político que tinha como ponto central a ditadura republicana.<sup>12</sup> O ditador poderia ou não ser eleito (havia a possibilidade da aclamação) e encarnaria a soberania popular. Diferentemente do monarca, entretanto, tinha responsabilidade e poderia ser deposto pelo povo organizado, mas não em partidos. Os partidos funcionavam basicamente para o jogo parlamentar, faccioso, moroso e dispersivo, sem possibilidade de canalizar os desejos populares, mas apenas interesses particulares.

Além disso, a maneira de proceder de um propagandista nem sempre é adequada à disputa pelo controle de um partido. O estilo incendiário e o gosto pela polêmica não encontraram espaço dentro do partido. A diferença de estilos entre Jardim e Bocaiúva é notável. Enquanto o primeiro insistia em debater publicamente as diferenças e acusava pela imprensa e em seus inflamados discursos a incapacidade e a tibieza de Bocaiúva, este demorou a responder diretamente, utilizando-se preferencialmente de aliados – via imprensa – ou depois, por meio de circulares e determinações do partido. A partir de junho de 1889, o Partido Republicano, sob controle de Bocaiúva, sistematicamente constrange e coíbe a ação de Jardim por meio de determinações, regulamentos, advertências. Em suma, há um controle burocrático-partidário sobre ele. E este jogo não era uma especialidade de Jardim.

Os homens costumam manter uma natureza imutável. A fortuna, por sua vez, é mulher e prefere homens de natureza impetuosa. Mas mesmo esses homens, quando mudam as circunstâncias, têm que mudar também. Poucos conseguem. Pelo que percebemos, Jardim pode até ter entendido essa necessidade, mas não conseguiu mudar, ou não teve tempo para isso. Sua última carta a Alberto Torres apontava nessa direção. Em sua correspondência privada, aparece um Silva Jardim bastante diferente daquele propagandista que nutria o gosto pela polêmica e pelas frases de efeito. Toda a carta é voltada para questões

<sup>12</sup> O modelo tomado por Jardim é o modelo da Convenção francesa, ainda com Danton: o referencial “era a república da intervenção direta do povo no governo, a república dos clubes populares, das grandes manifestações (...) Era a república das grandes idéias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais do cidadão”.(CARVALHO, 1990: 19-20).

acerca da organização do novo regime e da dinâmica partidária, mostrando uma clara intenção de se inteirar sobre os rumos da política republicana. Se ele preparava o terreno para uma volta, nunca saberemos, mas é possível inferir que a estratégia apontando para a transigência e a negociação, que havia presidido sua aproximação dos setores conservadores da lavoura após o 13 de maio, não tenha sido esquecida. Talvez fosse hora de voltar a ela para ser aceito novamente pela República.

### Considerações finais

As contradições dentro da militância de Silva Jardim saltam aos olhos do observador. A própria natureza do debate acerca da abolição e da República foi a maior responsável pelas contradições de Jardim (e não só dele). A busca da associação entre os dois ideais era de fato uma tarefa difícil no momento histórico dado. Em Jardim a ambigüidade estrutural foi reforçada por uma, diríamos, ambigüidade psicológica: ao mesmo tempo inflamado intransigente defensor da República, conciliador com interesses escravistas e defensor de escravos fugidos, crítico das instituições imperiais, amparado e protegido por liberais, crítico da imagem de Isabel, a Redentora, e autor de hinos comemorativos em louvores à Princesa quando da abolição. De fato, ao se deparar com Jardim, parece que a ambigüidade encontrou terreno bastante fértil...

Silva Jardim não conseguiu dar continuidade à sua ação política durante a fase de implantação do novo regime. Tornar-se o mais famoso propagandista da república teve um preço: ser alijado por ela. Não era possível sua inserção dentro de um novo regime. O que se buscava construir com a República no Brasil, ao menos para a elite política republicana, era uma nação moderna – nos moldes norte-americanos – e conservadora – nos moldes da Terceira República francesa.

A questão é que a postura política de Jardim e sua estratégia não foram eficazes para a implementação de seu projeto de República. A linha de ação, consciente, acabou se mostrando equivocada em termos práticos. Aparentemente, o próprio Jardim tinha consciência dos seus equívocos ao se nomear “vencedor vencido”. Se na “sua” República era fundamental a participação popular e a adoção de um caráter plebiscitário, não seria com a elite dos fazendeiros que tal projeto se consumiria. Pelo contrário, enquanto a referência revolucionária de Jardim pautava-se pela experiência francesa da “Grande Revolução de 1789” e por uma noção de liberdade positiva, a elite republicana possuía outras referências revolucionárias – a França do século XIX e os Estados Unidos – e pautava-se por uma noção de liberdade negativa.

Não podemos de fato saber se a república poderia ser diferente. Como se diz, a história não possui laboratórios tão eficazes quanto a física. Mas, tomando de empréstimo a idéia de alternativas históricas suprimidas, desenvolvida por Barrington Moore em *Injustiça* (1987), podemos ter uma

melhor dimensão da importância da ação (e da obra derivada dela e em função dela) de Silva Jardim. Utilizando essa perspectiva, podemos observar na ação política e nos escritos (também eles formas de ação) de Silva Jardim as dimensões da responsabilidade moral do ator e da chamada causalidade universal.<sup>13</sup>

Se, por um lado, havia a própria condição histórica a constranger as opções dos agentes, por outro, estes têm uma margem de liberdade dentro dessa condição. O padrão oligárquico e conciliatório que vem desde o Império não pode ser visto como uma camisa-de-força que predisponha o regime republicano a tornar-se aquilo que se tornou. E existiam alternativas, que foram paulatinamente suprimidas em favor daquela que se tornou hegemônica. Assim como os republicanos mais moderados que implantaram a República de caráter oligárquico, tanto as condições históricas quanto os republicanos radicais, como Jardim, foram co-responsáveis pela forma pela qual a República foi implantada no país. A República sem povo, sem participação e sem interesse público tornou-se uma realidade a partir da mescla de propostas reformistas surgidas ao final do Império. Foi de certa forma condicionada pela nossa história, mas os agentes que buscaram romper com ela de maneira mais efetiva fracassaram no seu intento. Ou melhor, contribuíram para a formulação vencedora. As ações de Silva Jardim são um exemplo dessa contribuição. Sua pregação foi um dos fatores responsáveis pela agregação de elementos conservadores às hostes republicanas. Ele fez parte do “serviço sujo” dos republicanos ao se colocar frontalmente contra os monarquistas do 13 de maio e alimentou a imprensa republicana (e também monarquista) com seus *meetings* e comícios. Mobilizou adversários de peso, como Joaquim Nabuco, e constrangeu a Monarquia, como na viagem de navio ao lado do Conde d’Eu.

A opção por uma ação política que deliberadamente negava a discussão da principal reforma social e econômica do país de certa maneira contribuiu para condicionar a futura República. A perspectiva de empurrar para frente no tempo uma discussão maior acerca da inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira ajudou na manutenção da ordem social e econômica do Império. Ao mesmo tempo, o movimento abolicionista, dissociado dos próprios escravos, reforçou o

---

<sup>13</sup> Ao expor a abordagem das alternativas históricas suprimidas, B. MOORE afirma que “parte da tarefa (...) será determinar a medida em que uma dada situação realmente *estava* aberta: mais precisamente, que fatos limitavam o âmbito de opções disponíveis àqueles homens e mulheres cujo comportamento influenciou poderosamente o curso dos acontecimentos. (...) [a análise] exige explicitar, ainda que brevemente, uma posição sobre os conhecidos e espinhosos temas do determinismo e da responsabilidade moral ou política”.(MOORE, 1987: 517). A análise de B. Moore diz respeito à situação da Alemanha durante a República de Weimar. Sua questão é entender se não havia a possibilidade de se evitar a ascensão nazista se houvesse tido por parte do Partido Social-Democrata Alemão uma postura diferente em relação às alianças políticas efetuadas. B.Moore mostra que, a despeito da situação de constrangimento efetuada tanto pela esquerda quanto pela direita, havia sim um campo de atuação do partido social-democrata. Não haveria a necessidade de se submeter à direita de maneira tão inequívoca e que essa opção dos agentes acabou por contribuir para o colapso do regime republicano alemão e para a ascensão do totalitarismo em solo alemão.

caráter meramente formal da abolição. A solução política apontada para a abolição e seus desdobramentos contribuíram para a formatação da república oligárquica, justamente porque a abolição em 1888 tirou a responsabilidade dos republicanos frente ao passado. Mesmo dos republicanos mais radicais, abolicionistas. Separados de seu diferencial, perderam-se em meio ao movimento capitaneado pela elite proprietária do centro-sul. Se havia uma preocupação mais republicana por parte de alguns elementos do movimento de contestação ao Império, essa se perdeu em meio às mudanças operadas após o fim da escravidão.

As alianças empreendidas pelos republicanos mais radicais, como Jardim, inviabilizaram a construção de um arco de alianças com setores mais populares e tornaram a alternativa republicana na sua acepção mais completa frágil. A estratégia adotada por esses republicanos acabou por reforçar a exclusão e a concepção dos setores populares como “classes perigosas”. Ao mesmo tempo, o controle e a absorção por parte da elite dos republicanos de sua parcela mais radical, restringindo e disciplinando sua ação, possibilitaram o fortalecimento de um republicanismo conservador que manteria inalterada a estrutura socioeconômica do país.

Como afirmamos anteriormente, se a República poderia ter outra história, não sabemos. Mas acreditamos que parte do resultado político que foi obtido na Primeira República foi fruto da ação de republicanos que não necessariamente concordavam com ele. Tomando um dos maiores propagandistas da República, conhecido pelo seu radicalismo e pelas suas diferenças em relação ao núcleo duro dos republicanos, pretendemos demonstrar como suas ações políticas acabaram contribuindo para inviabilizar a sua própria proposta republicana e para construir uma República oligárquica. A chave para isso encontra-se na dissociação entre República e Abolição, dissociação esta moldada pela própria Monarquia, mas acolhida por uma opção racional de Jardim. Essa dissociação não é compreendida, entretanto, pelo próprio propagandista. Isto fica claro no estranhamento que este manifesta quando dos ataques desferidos pela Guarda Negra aos seus comícios. O grito ouvido de “mata o Jardim” vindo das bocas de negros “defensores de Isabel” fez com que o propagandista emitisse opiniões desencontradas acerca do caráter da população brasileira: se, por um lado, chamava a atenção para a falta de representatividade daqueles elementos dentro do conjunto da população, por outro, atribuía ao povo, em geral, um papel de fantoche frente às elites monarquistas. Jardim sentia necessidade de se justificar muitas vezes, apontando sua passada militância no movimento abolicionista, seu nome escrito nas rochas do quilombo do Jabaquara e sua atividade como advogado de escravos, reafirmando sua condição de “amigo dos negros”. Mas, não hesitou em assumir um papel paternalista frente a esses e a condenar as ações dos novos homens livres como equivocadas e, de certa maneira, “ingratas”.<sup>14</sup> Para uma República

---

<sup>14</sup> Ingratas, perigosas e necessitando de uma liderança. Esse seria o caráter dos negros recém-libertados. Comentando um episódio ocorrido em sua viagem de propaganda às cidades do vale



popular, era necessário o povo. Infelizmente, para Jardim, esse não era o povo educado em francês que cantava a Marselhesa, mas sim aquele que se voltava contra a vanguarda revolucionária. A obra republicana deveria ir além e criar o próprio povo brasileiro. No entanto, não parecia ser esse o caminho inaugurado pelo novo regime de 1889.

### Referências Bibliográficas

- BOCAIÚVA, Q. *Idéias Políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Organização e introdução de Eduardo Silva. (2 volumes), 1986.
- BOEHRER, G.C. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1954.
- CARNEIRO PESSOA, R. X. *A Idéia Republicana no Brasil através dos Documentos*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1973.
- CARVALHO, J.M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CARVALHO, J.M. (1990). *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CASALECCHI, J.Ê. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- DORNAS FILHO, J. *Silva Jardim*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, coleção Brasileira, 1936.
- FERNANDES, M.F.L. *A Esperança e o Desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH – Departamento de Ciência Política, USP, 2004.
- GOUVÊA, F.C. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: FUNDAJ; Ed. Massangana, 1989.
- LEITE, S.F. *A República no Brasil: Quintino Bocaiúva e Silva Jardim – trajetórias e idéias*. São Paulo: FFLCH – Departamento de História (Dissertação de Mestrado), 1993
- MOORE Jr, B. “A supressão de alternativas históricas: Alemanha 1918-1920”. In: *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NABUCO, J. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1ª edição, [1883], 1988.
- PATROCÍNIO, J. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1996.
- QUEIROZ, M.V. *Paixão e Morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, coleção Retratos do Brasil, 1967.
- SILVA JARDIM, A. *Memórias e Viagens: campanha de um propagandista*. Lisboa: Typ. Da Cia. Nacional Editora, 1891.
- SILVA JARDIM, A. *Propaganda Republicana: discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Conselho Federal de Cultura, 1978.

---

do Paraíba em meados de 1888, Jardim mostra-se apreensivo frente a um grupo de negros que espreitava a reunião por ele presidida e afirma que “a coragem do antigo escravo é raramente uma coragem de frente e leal. Essa raça acostumou-se à astúcia e à traição. Eles viam-nos entrar, viam-nos resolutos e olhavam-nos indecisos. Faltava-lhes um branco, a dirigi-los...” (SILVA JARDIM, 1891: 297, grifo nosso).

